

Peter Armstrong, head da área de Cyber Risks do Willis Group em Londres, aponta que a legislação brasileira sobre o tema é muito nova e ainda precisa de ajustes, aliada a um sistema bancário eletrônico bem desenvolvido, formam o cenário perfeito para atração de hackers locais e internacionais



- Ataques cibernéticos aumentaram 48% em 2014, segundo estudo “Managing cyber risks in an interconnected world” da PWC.

- Ainda segundo o mesmo estudo, o número de incidentes cibernéticos detectados subiu para 42,8 milhões este ano - um salto de 48 % em relação a 2013 (o equivalente a 117.339 novos ataques todos os dias). Este aumento impactou diretamente no custo: as perdas financeiras atribuídas a incidentes de segurança cibernética aumentaram 34% em relação ao ano passado.

- A Business Software Alliance, uma organização global das 100 maiores empresas de tecnologia e softwares, fez uma pesquisa em 24 países, que juntos compõem 80% do mercado mundial de informações, comunicação e tecnologia, incluindo o Brasil. O objetivo da pesquisa foi entender a maturação dos mercados para adotar a computação na nuvem. O Brasil ficou em último lugar da lista, principalmente em função da fraca legislação que não garante a privacidade na transmissão de dados através de diferentes nuvens.

Os dados acima são alguns dos elementos escolhidos por Peter Armstrong, head de Cyber Risks da Willis Group em Londres, para pontuar o longo caminho que o Brasil ainda deve percorrer para desenvolver o mercado de seguros contra ataques cibernéticos. Segundo o especialista, já existem claros ataques com perdas substanciais no país. “O Brasil, por volta dos anos 1990, desenvolveu muito o banco eletrônico, além disso, conseguiu estabilizar a economia e hoje possui a segunda maior rede de caixas eletrônicos (ATMs) do mundo. Todo esse dinheiro eletrônico, aliado a uma legislação fraca de proteção e sigilo de dados, tornou-se o cenário propício para a atração de hackers”, explica o especialista.

Se Europa e Estados Unidos estão começando a considerar seriamente os seguros de cyber risks, o Brasil continua deitado em berço esplêndido. Um estudo realizado nos EUA pela Experian e pelo Ponemon Institute aponta que apenas 31% das empresas possuíam apólices de cyber segurança em 2013. Entretanto, 57% dos entrevistados tinham planos de investir nesse tipo de seguro no futuro — ainda que a maior parte (70%) admitisse que o interesse só cresceu após a sua empresa

ter sofrido algum tipo de ataque.

Segundo Armstrong, a maturação do mercado só ocorrerá quando a discussão sobre os riscos dos ataques cibernéticos chegar aos boards das empresas. “Um estudo da McAfee, Intel e do Centro de Estratégia de Estudos dos Estados Unidos identificou que a escala de perdas por crimes e interrupção de negócios contra o total de valores transacionados na internet é algo em torno de 15 a 20%. Normalmente, em outros casos, quando o risco chega a 1,5 a 2%, o mercado fica muito preocupado. Então isso significa que, com o crescimento do uso da internet, essas perdas ficarão insustentáveis para o mercado de capitais, que forçará o desenvolvimento do mercado do seguro contra ataques cibernéticos e o investimento em segurança. Temos aqui um círculo de maturação”, pontua. “Podem ser causados danos de reputação em organizações, problemas físicos e interrupção de negócios para as empresas. Essa é uma questão crucial para o board das empresas”, explica o especialista.

No Brasil, a parte de risco relacionada à computação na nuvem é gigantesca, como apontado no estudo da Business Software Alliance e é muito difícil de mensurar. Segundo Armstrong, tem-se uma grande tentação de falar sobre o risco de terceiros, de focar nos problemas dos bancos e dos consumidores, mas o problema principal está no risco para os negócios das empresas. “As ameaças nos setores de mineração e de commodities, setores que estão por trás do crescimento do país, são enormes”, finaliza o especialista.

Fonte: VIRTÁ, em 31.03.2015.